

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG

Ano de 2023

Sumário

Mensagem da Administração	3
Identificação geral	5
Quem somos.....	6
1. Nossas Atividades.....	6
2. Nossa Estratégia	6
3. Nossos principais resultados de 2023.....	7
4. Interesse Público	9
5. Sistema de integridade e controles internos.....	11
6. Gerenciamento de riscos.....	14
7. Fatores de risco	16
8. Governança corporativa.....	18
9. Nossa composição e remuneração da administração	21
10. Nossas principais melhorias em governança corporativa	22

Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da PB-LOG

Mensagem da Administração

É com satisfação que a Diretoria Executiva da PB-LOG apresenta a Carta Anual de Governança e Políticas Públicas de 2023. Nesta Carta, informamos à sociedade e ao público de interesse as iniciativas e propostas desenvolvidas no ano.

Nos últimos anos, a PB-LOG envidou esforços contínuos para adotar as melhores práticas e, de forma alinhada com a Petrobras, desdobrar padrões rigorosos de governança, ética, integridade e transparência.

Por meio de iniciativas alinhadas aos nossos propósitos e valores, buscamos constantemente aprimorar nosso modelo de governança e integridade, o qual tem se mostrado consistente, efetivo e alinhado às melhores práticas do mercado.

A segurança mantém-se como prioridade e, em 2023, nossas operações logísticas alcançaram uma taxa de acidentados registráveis (TAR) de 0.60 acidentados/milhão de homens-hora. As ações de monitoramento e fomento à atuação segura mostraram-se presentes, no dia a dia das operações, e envolvendo nossos fornecedores.

A base de nossos negócios está fundamentada no dinamismo, integração de serviços, captura de valor, e é regida por princípios éticos, integridade, transparência, confiança e colaboração com clientes, fornecedores, funcionários e demais partes interessadas.

Utilizando-se desses princípios e valores, a PB-LOG conseguiu reverter R\$1.007 bilhão em dividendos ao controlador, valendo-se de um ambiente de gestão contratual transparente e comutativo.

Ainda, permanecemos em constante avanço nos aprimoramentos de gestão contratual com a evolução dos controles sobre as obrigações e responsabilidades contratuais com clientes e fornecedores.

O envolvimento da PB-LOG com questões de interesse público tornou-se ainda mais forte com a inclusão das metas de controle sobre o Volume Vazado de Óleo e Derivados (VAZO) e o Índice de Atendimento às metas de Gases de

Efeito Estufa (IAGEE) no *scorecard*, evidenciando a importância do tema na nossa estratégia de negócios.

Ademais, por meio da busca pelo alcance das referidas metas, a PB-LOG contribui e auxilia a Controladora, no cumprimento de seu compromisso público com a sociedade, bem como envolve o apoio à cadeia de fornecedores com ações de gestão que tornam mais robusta a qualidade e segurança das operações e seus compromissos éticos.

A empresa divulga suas ações e resultados, através de canais transparentes de comunicação. É compromisso da administração dedicar todos os esforços na evolução dos níveis de eficiência, sustentabilidade e colaboração com clientes e fornecedores.

Agradecemos a todos os nossos colaboradores pela cooperação, ao longo do ano 2023, e reafirmamos que continuaremos envidando esforços para alcançar novos desafios e objetivos em 2024, mantendo os compromissos com a Petrobras e o Brasil.

ODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA
Diretora Presidente

Identificação geral

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; com o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e com o artigo 5º, § 3º do Estatuto Social da Companhia, os Administradores subscrevem a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da PB-LOG referente ao exercício social de 2023.

CNPJ 04.207.640/0001-28. NIRE 33.3.0030644-7
Sede: Avenida Henrique Valadares, 28, Torre A, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro, R.J.
Tipo de estatal: subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Acionista controladora: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Tipo societário: sociedade anônima
Tipo de capital: fechado
Abrangência de atuação: regional/nacional
Setor de atuação: atividade de navegação de apoio marítimo, provimento de bens e serviços para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural, além de serviços correlatos
Diretor Presidente: ODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA, tel. 55 (21) 99126-8984 e e-mail: odalea@petrobras.com.br
Auditores Independentes atuais da empresa: KPMG Auditores Independentes CRC SP014428/0-6-F-RJ, 55 (21)2207-9400 - www.kpmg.com.br
Administradores em 2023:
Rodrigo Valle Real - Diretor Presidente - CPF 086.056.817-21
Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho - Diretor Financeiro - CPF 071.009.387-08 ¹
Ricardo Rodriguez Besada Filho- Diretor Financeiro - CPF 070.347.807-90 ¹
Giselle Pacheco Tinoco - Diretora de Operações - CPF 099.256.897-83 ²

Rio de Janeiro, 31/12/2023³

*1 O Diretor Financeiro Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho foi substituído pelo Ricardo Rodriguez Besada Filho na AGE PB-LOG nº 60 de 20/09/2023.

*2 A Presidência acumula interinamente a Diretoria de Operações da Companhia desde o encerramento do mandato da Sra. Giselle Pacheco Tinoco, em 21/03/2023.

*3 Versão aprovada pela Assembleia Geral da PB-LOG.

Quem somos

Desde a sua constituição, a PB-LOG estabeleceu a sua sede na cidade do Rio de Janeiro e atua prioritariamente na logística de suporte offshore e em atividades inerentes às operações de E&P, provendo os seus clientes com bens e serviços necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

As operações da Companhia têm como principal foco o provimento de serviços logísticos aos Consórcios operados pela Petrobras no território nacional.

A PB-LOG possui um amplo rol de serviços de Logística de E&P e serviços de prontidão ao combate de emergências offshore.

Em 31 de dezembro de 2023, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) possuía 100% do capital social da Companhia.

1. Nossas Atividades

A abrangência da infraestrutura e a disponibilidade de recursos proporcionam a agilidade no atendimento às operações offshore, com bases posicionadas junto às grandes bacias produtoras do Sudeste.

Nossas atividades desenvolvidas em 2023 estão organizadas em dois segmentos de negócio desenvolvidos por meio da capacidade técnica, de forma integrada e especializada.

Logística integrada

Contempla serviços de transporte rodoviário, marítimo e aéreo, com disponibilidade de armazéns, portos e locação em aeroportos.

Combate à emergência

Contempla os serviços de recolhimento de óleo no mar por meio de embarcações especializadas e a disponibilidade para acesso aos recursos dos Centros de Defesa Ambiental (CDA) e dos recursos de combate ao *Blowout* submarino, além de prontidão de recursos marítimos e aéreos para resposta a emergências operacionais e resgate.

2. Nossa Estratégia

PE 2024-2028

Em 29 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral da PB-LOG aprovou o Plano Estratégico 2024-2028 (PE 2024-2028), buscando garantir geração de caixa, rentabilidade,

e disciplina operacional e de capital (Fluxo de Caixa Operacional e Resultado Operacional Após Tributação).

No PE 2024-2028 está prevista a atuação pela Companhia nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo, compartilhando o uso de recursos com a sua *Holding* e buscando condições competitivas para oferecer serviços alinhados às condições praticadas pelo mercado.

Os resultados planejados pela PB-LOG para o período de 2024-2028 preveem geração de caixa e retorno à Acionista.

O PE 2024-2028 considerou o cenário da indústria nacional de energia, a preocupação com a segurança e o bem-estar da força de trabalho da PB-LOG, bem como a preservação de sua sustentabilidade financeira.

A atual administração definiu, como objetivos fundamentais do PE 2024-2028, as seguintes metas:

Metas 2024

Net operating profit after taxes ¹	NOPAT	211.081
Índice de Atendimento às metas de Gases de Efeito Estufa	IAGEE	3
Volume Vazado de Óleo e Derivados	VAZO	3

3. Nossos principais resultados de 2023

As informações contábeis consolidadas auditadas pelos auditores independentes, de acordo com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS), estão disponíveis em nosso website em (link): <https://www.petrobras.com.br/copia-empresas-do-sistema-petrobras>.

Informações sobre segmentos operacionais

Receitas provenientes de cada segmento e sua participação na receita líquida da Companhia.

Segmento (R\$ milhões)	2023	%	2022	%	2021	%
Logística Integrada	2.877	86%	2.987	82%	3.464	82%
Controle de Emergência	464	14%	477	13%	110	3%
Construção de Poços			21	1%	217	5%
Engenharia Submarina			158	4%	426	10%
Receitas Líquidas Agregadas	3.341	100%	3.643	100%	4.217	100%

¹ Livre tradução: O lucro operacional líquido após impostos.

Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Segmento (R\$ milhões)	2023	%	2022	%	2021	%
Logística Integrada	756	23%	820	23%	971	23%
Controle de Emergência	189	6%	144	4%	33	1%
Construção de Poços			14	0%	143	3%
Engenharia Submarina			104	3%	281	7%
Corporativo	63	2%	80	2%	(25)	-1%
Lucro Líquido Agregado	1.007	30%	1.162	32%	1.403	33%

Resultados de 2023 X 2022

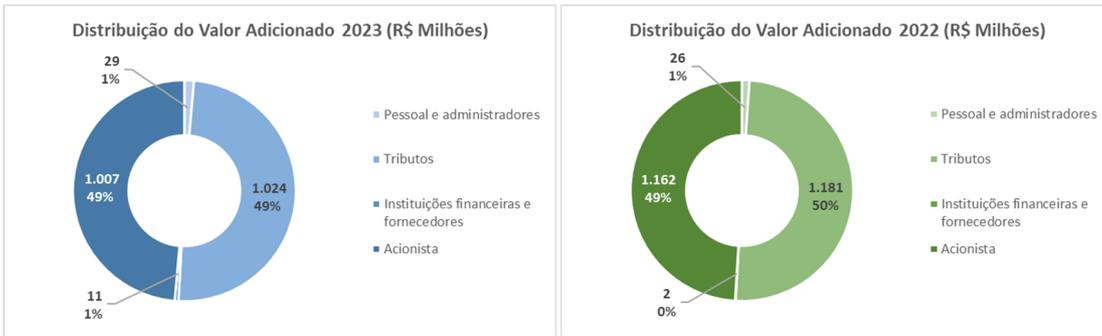
Para efeito de comparabilidade dos demonstrativos financeiros entre 2023 e 2022, a Demonstração de Resultado do ano de 2023 é aqui comentada com a aplicação do normativo IFRS-15 (CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes).

Os resultados apurados em 2023 demonstram a consolidação das atividades de Controle de Emergência na Companhia. Contudo, o reposicionamento estratégico da Companhia levou à saída das atividades em Engenharia Submarina e Construção de Poços, quando comparados a 2022.

Neste contexto observou-se uma queda (i) da receita operacional líquida em -8,3% (R\$ 3.341 milhões em 2023, frente a R\$ 3.643 milhões em 2022) e (ii) do lucro bruto em -12,7% (R\$ 1.431 em 2023, frente a R\$ 1.639 em 2022).

Demonstração do Valor Adicionado

Em 2023, as atividades da PB-LOG geraram R\$ 2.071 em riqueza à sociedade, uma redução de 13% quando comparado ao valor adicionado pela Companhia no exercício de 2022. De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela PB-LOG no ano, R\$ 0,54 foi distribuído entre diferentes *stakeholders*: os colaboradores (remuneração e benefícios), o governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis) e a Acionista (dividendos), conforme demonstrado abaixo.



Monitoramento Estratégico

O PE da PB-LOG estabelece um conjunto de prováveis cenários que podem interferir no ambiente de negócios da Companhia, assim como os preceitos a serem seguidos para a consecução dos seus objetivos, com base na Visão e nos Valores da Companhia.

Visão da PB-LOG: Ser reconhecida como referência competitiva na prestação de serviços de exploração e produção.

Valores da PB-LOG: (i) Cuidado com as pessoas; (ii) Integridade; (iii) Sustentabilidade; (iv) Inovação; e (v) Comprometimento com a Petrobras e com o País.

4. Interesse Público

A PB-LOG foi criada com a missão de prover bens e serviços para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural, com responsabilidade social e ambiental, contribuindo para a execução do interesse público que justificou a criação da Petrobras, qual seja a garantia do fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

A PB-LOG poderá ter suas atividades orientadas pela Petrobras, de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional, previsto no art. 1º, inciso V da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

A contribuição para a consecução desse interesse público deve ser compatível com o objeto social da PB-LOG e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco sua rentabilidade e sustentabilidade financeira.

Assim, na forma do artigo 8º, §2º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às

de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, as obrigações ou responsabilidades assumidas pela Companhia deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

Em linha com estes normativos, a PB-LOG realizou ajustes em seu Estatuto Social para identificar, de forma clara, quando as circunstâncias nas quais o atendimento ao interesse coletivo demandar certos requisitos aos de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Neste caso, conforme expresso no documento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária nº 15 de 29.06.2018, e mantida na reforma aprovada pela AGE nº 45, de 25.05.2022, caberá à Petrobras compensar a PB-LOG, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida, a saber:

“Art. 5º. A Companhia poderá ter suas atividades orientadas pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional, previsto no art. 1º, inciso V da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, desde que: (i) estejam alinhadas com as leis nº 9.478/97 e nº 13.303/16; (ii) sejam compatíveis com seu objeto social; (iii) não coloquem em risco sua rentabilidade e sustentabilidade financeira; (iv) sejam formalizadas e definidas em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e (v) tiver custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§1º - Na hipótese de orientação da Petrobras para atender o interesse público deverá ser avaliado e mensurado, com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos e para custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da Companhia, se as obrigações e responsabilidades a

serem assumidas são diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

§2º - Na hipótese de não respeitar as condições de mercado adequadas ao setor privado em que atue, a Petrobras garantirá a compensação, a cada exercício social, da Companhia pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

§ 3º. O exercício da prerrogativa de que trata este artigo será objeto da carta anual, subscrita pelos membros da Diretoria, de que trata o art. 13, inciso I, do Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.”

No ciclo de 2023, não houve situação que demandasse a utilização deste mecanismo de compensação.

5. Sistema de integridade e controles internos

A PB-LOG tem o compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos locais em que atua.

Possuímos em nossa estrutura uma Área de Conformidade que é responsável pelos processos de *compliance* e controles internos, reportando periodicamente tais atividades ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado, colegiado vinculado ao Conselho de Administração da Petrobras.

A Área de Conformidade da PB-LOG tem como atribuições, além das atividades inerentes à função, a disseminação dos princípios e diretrizes de conformidade e controles internos aplicáveis à Petrobras e às Sociedades de seu Conglomerado, assessorar a Diretoria e o Diretor Presidente, no exercício do controle de conformidade das operações da Companhia e, visando ao fortalecimento dos controles internos, a mitigação dos riscos de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, a implementação do Programa de Integridade na Companhia, em alinhamento com o Programa de *Compliance* da Petrobras, a fim de salvaguardar os ativos e informações financeiras da PB-LOG, promover a aderência à legislação e às políticas definidas pela Direção, mitigar riscos e evitar desvios e falhas.

A Auditoria Interna, órgão vinculado à Diretoria da PB-LOG, é responsável pela avaliação da efetividade dos controles internos (em nível de entidade, operacionais, financeiros), reportando os resultados ao Comitê de Auditoria

Estatutário do Conglomerado, incluindo a conformidade com as políticas, normas e procedimentos para prevenir ou detectar a possibilidade de ocorrência de erros, fraudes e/ou perdas no negócio.

O estabelecimento e a manutenção dos controles internos da Companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras, bem como a avaliação da sua eficácia, é um processo executado pelos gestores, sob responsabilidade do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro, supervisionado pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado, vinculado ao Conselho de Administração da Petrobras.

A administração da Companhia é responsável pela avaliação da eficácia dos controles em nível de entidade, tanto operacionais como financeiros, com o objetivo de fornecer confiabilidade ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Os auditores independentes avaliaram as nossas demonstrações financeiras e, em seu relatório, não foram apontadas deficiências.

Na PB-LOG, os controles internos para mitigação dos riscos de conformidade, em especial os relacionados aos de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são reforçados pelo Código de Conduta Ética e do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), aplicados pela Controladora e adotados em sua integralidade pela Companhia.

Código de Conduta Ética

Nosso Código de Conduta Ética foi revisado e alinhado ao Código de Conduta Ética da Controladora em 2023.

Possuímos políticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, a exemplo do citado Código de Conduta Ética da Petrobras. Esse documento se aplica aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, aos ocupantes de funções gerenciais, aos empregados, aos estagiários e os prestadores de serviços, constituindo compromisso individual e coletivo de todos e de cada um deles cumpri-lo e promover seu cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva da Petrobras e das Sociedades do seu Conglomerado e nas suas relações com todas as partes interessadas.

A PB-LOG faz expressa referência aos documentos de ética quando das contratações de fornecedores bens e serviços, requerendo destes o cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta pelos seus empregados.

Todos os empregados e gestores realizam treinamento sobre o Código de Conduta Ética, e gestão de ética na Companhia, incluindo os membros da Alta Administração.

Está prevista a aplicação de sanções disciplinares (advertência, suspensão e rescisão do contrato de trabalho) àqueles que descumprem os documentos citados, de acordo com a norma de Regime Disciplinar de Empregados e Sistema de Conseqüências da Alta Administração e Conselho Fiscal.

Canal de Denúncia Petrobras

Fazemos uso para os nossos públicos interno e externo de um canal exclusivo para o recebimento de denúncias, disponibilizado pela nossa Controladora, nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas, nos 365 dias do ano. O serviço é operado por empresa independente e especializada, assegurando o encaminhamento de todas as denúncias recebidas, e pode ser acessado pela internet ou pelo telefone, garantindo o anonimato dos denunciantes que optem por não se identificar.

O teor de cada denúncia determina a área da Companhia responsável pela sua apuração. Isso possibilita ter rapidamente noção das denúncias mais importantes e que podem causar maior impacto nos negócios da empresa, caso o relato seja procedente. Só então elas são encaminhadas para uma área criada especialmente para essa finalidade pela Petrobras, a INC - Integridade Corporativa. As denúncias classificadas no maior nível de risco recebem um monitoramento específico e destaque nos reportes à alta administração.

A denúncia pode ser realizada via internet no site: www.contatoseguro.com.br/pt/petrobras/relato/denuncia ou por telefone: ligação gratuita para 0800 601 6925. O IP do computador ou o número do telefone não será identificado em nenhuma hipótese.

Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC)

Em 2016 a PB-LOG adotou o programa de *compliance* da Petrobras, denominado **Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC)**, que

representa o conjunto de medidas desenvolvidas e implementadas de forma integrada, com o objetivo de prevenir, detectar e corrigir a ocorrência de desvios éticos, incluindo fraude, corrupção e lavagem de dinheiro. O programa destina-se aos diversos públicos de interesse da Companhia, incluindo: alta administração, força de trabalho, clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público e todos àqueles que se relacionam e/ou representam os interesses da PB-LOG em suas relações de negócios.

6. Gerenciamento de riscos

Os riscos da Companhia são geridos com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Controladora. Esta política visa a contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Conforme definido em seu Estatuto Social, a PB-LOG compartilha o seu processo de gestão de riscos com a Petrobras, permitindo a padronização e aderência metodológica das análises de riscos, nos termos do estabelecido pela Lei nº 13.303/2016.

A Política de Gestão de Riscos Empresariais estabelece diretrizes gerais e responsabilidades, tendo como base os seguintes princípios fundamentais:

- (i) A vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os processos, as informações, a reputação e a imagem da Companhia resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não.
- (ii) A gestão de riscos deve estar alinhada e coerente com o Plano Estratégico da Companhia.
- (iii) A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua.
- (iv) Os riscos são considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação.

(v) As ações de resposta devem considerar as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos e devem ser orientadas para a preservação ou agregação de valor à Acionista e para a continuidade dos negócios.

Os riscos empresariais aos quais a PB-LOG está exposta são classificados em quatro agrupamentos, a saber: (i) Financeiro; (ii) Conformidade, Legal e Regulatório; (iii) Operacional; e (iv) Negócio.

Riscos Financeiros: a gestão dos riscos financeiros é sempre realizada de maneira integrada, privilegiando os benefícios inerentes à diversificação. Gerenciamos ativamente nossos riscos financeiros considerando as flutuações de mercado, o inadimplemento de contrapartes e o descasamento entre ativos e passivos de forma a mitigar a exposição às instituições financeiras e riscos decorrentes da variabilidade dos preços da economia, tais como índices, taxas de juros, taxas de câmbio, valores mobiliários, *commodities*, etc. A contratação de derivativos é uma possibilidade a ser aplicada no tratamento destes riscos.

Riscos de Conformidade, Legal e Regulatório: a gestão de riscos insere-se no nosso compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos onde exercemos a nossa atividade. Os riscos de conformidade, em especial os de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são mitigados por meio de controles internos, da constante divulgação do Código de Conduta Ética, do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) e de outros instrumentos de prevenção.

Riscos Operacionais: entendemos que é possível trabalhar sem acidentes e é dever de todos cuidar da segurança, razão pela qual inserimos a meta de segurança no sistema de avaliação de desempenho de todos os Diretores da empresa, incluindo o Diretor Presidente e os Diretores.

A gestão deste risco dá-se a partir de rígidos programas de inspeções e de manutenções nas instalações operadas em conjunto com a Petrobras, além de um contínuo esforço de treinamento da força de trabalho da Companhia para o correto cumprimento de requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas internacionais.

Riscos de Negócios: nosso sistema de gestão de riscos está alinhado e coerente com o nosso Plano Estratégico, sendo os riscos considerados nas decisões estratégicas da Companhia e a gestão sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à escalabilidade e integração com a Petrobras.

Pela própria peculiaridade do mercado em que atuamos, estamos naturalmente expostos a uma série de riscos de negócios, gerenciáveis e não gerenciáveis, tais como os riscos associados à oscilação de preços dos recursos contratados, alterações nos padrões de operação de nossos clientes, atuação de concorrentes, desempenho de fornecedores, mudanças regulatórias ou tributárias, evolução macroeconômica e da indústria, entre outros. A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um processo de planejamento e de gestão de carteira, que preza pela economicidade, pela diversificação das linhas de negócios e pelo cumprimento de metas, as quais são periodicamente acompanhadas nos mais diversos níveis hierárquicos. Além disso, continuamente, monitoramos a evolução do cenário externo e a atuação junto aos nossos diversos públicos de interesse.

7. Fatores de risco

Os fatores de riscos apresentados nesta seção estão seccionados pela sua natureza em conformidade com a nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais.

Fatores de riscos relacionados às nossas finanças

(i) Estamos expostos a riscos de crédito de alguns de nossos clientes e riscos associados à inadimplência. Qualquer falta de pagamento relevante ou descumprimento por alguns de nossos clientes poderiam afetar adversamente nosso fluxo de caixa, resultados operacionais e condição financeira.

(ii) Parte substancial de nossas operações é realizada com a nossa *holding*, o que pode impactar negativamente nosso resultado operacional e condição financeira no futuro devido às variações de demanda da mesma.

(iii) Estamos expostos ao risco cambial incidente sobre contratos referenciados em moedas estrangeiras, podendo gerar ganhos ou perdas sobre os mesmos.

(iv) Oscilações nas taxas de juros podem levar a Companhia a sofrer ganhos ou perdas incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

(v) A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras nas quais mantém suas aplicações.

Fatores de riscos relacionados à conformidade e a aspectos legais e regulatórios nos nossos negócios

(i) Estamos expostos a comportamentos incompatíveis com nossa ética e padrões de conformidade. A falha em detectar, em tempo hábil, ou corrigir tal comportamento pode ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e situação financeira.

(ii) Podemos sofrer perdas e dedicar tempo e recursos financeiros na defesa de litígios e arbitragens pendentes.

(iii) Interpretações divergentes e/ou mudanças na interpretação da legislação tributária, bem como mudanças na própria lei tributária por meio da criação ou majoração de tributos, podem representar um efeito adverso sobre a condição financeira da Companhia e sobre os resultados de nossas operações.

(iv) Diferenças de interpretações e novas exigências das agências reguladoras em nosso setor, incluindo a aplicação de regras de conteúdo local, podem resultar em despesas e custos operacionais.

(v) Operações com partes relacionadas podem não ser devidamente identificadas e tratadas.

(vi) Interpretações divergentes e/ou o surgimento de regulamentos e exigências ambientais, de saúde e de segurança cada vez mais rigorosos podem impactar negativamente nosso resultado operacional e condição financeira no futuro.

Fatores de riscos relacionados às nossas operações

(i) A capacidade de desenvolver, nos adaptar e ter acesso a novas tecnologias e aproveitar as oportunidades relacionadas à transformação digital é fundamental para a nossa competitividade.

(ii) Estamos expostos a riscos de saúde, meio ambiente e segurança em nossas operações que podem levar a acidentes, perdas significativas, processos administrativos e passivos judiciais.

(iii) Contamos com fornecedores e prestadores de serviços para nos suprir com peças, componentes, serviços e recursos críticos de que precisamos para prestar nossos serviços, os quais podem ser afetados adversamente por qualquer falha ou atraso por parte de terceiros no cumprimento de suas obrigações ou qualquer deterioração da condição financeira de tais empresas.

(iv) Greves e paralisações dos colaboradores da Companhia ou de empregados de seus fornecedores, empresas contratadas e demais setores, bem como falta de pessoal especializado, podem afetar adversamente os resultados operacionais e o negócio da Companhia.

(v) Falhas em nossos sistemas de tecnologia da informação, segurança da informação (*cybersecurity*) e sistemas e serviços de telecomunicações podem impactar adversamente nossas operações e reputação.

(vi) Mudanças climáticas podem impactar o nosso resultado operacional e a nossa estratégia.

Fatores de riscos relacionados ao nosso negócio

(i) Estamos expostos a flutuações nos preços dos recursos contratados.

(ii) Desenvolvimentos da indústria de logística e outros fatores poderão resultar em reduções de nossa competitividade, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

(iii) Fragilidade no desempenho da economia brasileira, instabilidade no ambiente político e mudanças regulatórias podem afetar negativamente o resultado de nossas operações e o nosso desempenho financeiro.

(iv) Investigações relativas à corrupção política de membros do governo brasileiro podem gerar instabilidade econômica e política.

8. Governança corporativa



Nossa estrutura de governança corporativa é composta pela Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO) e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (CE).

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela gestão dos negócios, por assegurar o funcionamento regular da Companhia de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal, sempre observando as boas práticas de governança corporativa. É composta pelo Diretor Presidente e por dois Diretores eleitos pela Assembleia Geral.

Os membros da Diretoria Executiva atuam individualmente nas atividades das unidades de suas respectivas áreas de contato, nos termos de suas atribuições previstas no Estatuto Social, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva pode criar comitês, com poderes delegados, vinculados a este órgão ou diretamente a um de seus membros. Os comitês podem ser de natureza deliberativa ou consultiva e têm a finalidade de auxiliar a Diretoria Executiva no cumprimento de suas atribuições e responsabilidades. Esses comitês são compostos por gestores de diferentes áreas da Companhia, de forma a garantir uma visão multidisciplinar nas análises e discussões das matérias, bem como no processo de tomada de decisão.

Nosso Conselho Fiscal é de caráter permanente e é um órgão colegiado não integrante da administração. Tem como objetivo geral verificar o cumprimento dos deveres legais e estatutários. A função fiscalizadora não se limita a verificar a legalidade dos atos, mas envolve todo o nível necessário de informação para salvaguardar o interesse do controlador sem, contudo, interferir na própria administração.

O Conselho Fiscal deve manter um estreito e produtivo relacionamento com a estrutura administrativa da PB-LOG, visando ao cumprimento de suas funções legais. O espírito cooperativo deve ter por meta manter o necessário fluxo de informações e salvaguardar os interesses da Companhia, devendo-se garantir, por outro lado, a independência do Conselho Fiscal com relação a quaisquer outros órgãos da PB-LOG.

Além de atender ao artigo 115, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, dispomos de documentos que tratam da identificação e administração de conflitos de interesse. Nosso Estatuto Social, em seu artigo 11, determina que o indicado para o cargo de administração não poderá apresentar qualquer forma de conflito de interesse com a Companhia. O capítulo XII do Estatuto prevê hipóteses de conflito de interesses posterior ao término de gestão dos Administradores e membros do Conselho Fiscal, impedindo-os de exercer determinadas atividades, por um período de seis meses, mediante remuneração compensatória.

Demais instrumentos de governança corporativa e gestão:

- (i) Estatuto Social da PB-LOG: novo Estatuto Social da empresa aprovado pela AGE em 29/06/2018, conforme Lei nº 13.303/2016 e pelo Decreto Federal nº 8.945/2016. Atualizado conforme AGEs de 23/11/2020 e 25/05/2022.
- (ii) Regulamento de Licitações e Contratos da PB-LOG: regulamento aprovado em 29/06/2018 e revisado em 02/06/2022, ambos divulgados no site da PB-LOG e no DOU (Diário Oficial da União), conforme disposto na Lei nº 13.303/2016.
- (iii) Comitê de Auditoria Estatutário: a Companhia compartilha o Comitê de Auditoria Estatutário da Acionista Controladora, denominado Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO) nos termos do artigo 14 e 24, V, do Decreto Federal nº 8.945/2016, adotando-se as mesmas regras de funcionamento e atribuições de Comitê.
- (iv) Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração: a Companhia compartilha o referido Comitê da Acionista Controladora, exercido pelo Comitê Técnico Estatutário de Governança e Conformidade (CTE-GC), nos termos do artigo 14 e 24, V, do Decreto Federal nº 8.945/2016, adotando-se as mesmas regras de funcionamento e atribuições.

9. Nossa composição e remuneração da administração

Nossa Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente e dois Diretores, eleitos pela Assembleia Geral, dentre brasileiros residentes no país, para um mandato de até dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

Nosso Conselho Fiscal é constituído de forma permanente, sendo independente da administração e dos auditores externos, conforme exigido pela Lei das Sociedades por Ações. É composto por três membros e respectivos suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, permitidas duas reconduções consecutivas; sendo um dos membros indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

A remuneração fixa do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva é composta por honorários mensais cujos limites são definidos anualmente pela Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei nº 6.404/76.

Os objetivos e práticas de remuneração da nossa Diretoria Executiva visam a reconhecer esforços dos Administradores da Companhia, considerando nossos resultados econômico-financeiros, além da responsabilidade, do tempo dedicado à função e da competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao nosso e pela Controladora. Todos os membros da Diretoria Executiva são estatutários.

A Assembleia Geral Extraordinária da PB-LOG, realizada em 30/05/2023, aprovou a remuneração anual global dos Administradores e dos Conselheiros Fiscais, no montante de até R\$ 6.813.103,83 (seis milhões, oitocentos e treze mil, cento e três reais e oitenta e três centavos) para o período de abril/2023 a março/2024.

Neste montante está considerada a remuneração de: 3 (três) membros da Diretoria e 3 (três) membros do Conselho Fiscal.

A remuneração individual máxima, mínima e média da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, em 2023, encontra-se a seguir.

Tabela - Remuneração individual máxima, mínima e média da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal - Valores Mensais.

	Diretoria Executiva		
	2023	2022	2021
Número de membros	3	3	3
Número de membros remunerados	3	3	3
Valor da maior remuneração	71.454,35	65.554,45	65.554,45
Valor da menor remuneração	53.570,71	49.147,44	49.147,44
Valor médio da remuneração	59.531,92	54.616,44	54.616,44

	Conselho Fiscal		
	2023	2022	2021
Número de membros	3	3	3
Número de membros remunerados	3	3	3
Valor da maior remuneração	6.449,29	5.916,75	5.916,75
Valor da menor remuneração	6.449,29	5.916,75	5.916,75
Valor médio da remuneração	6.449,29	5.916,75	5.916,75

10. Nossas principais melhorias em governança corporativa

Em 2023, promovemos ações de melhoria da governança corporativa, com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas à estratégia da Companhia e em conformidade com as exigências de novos regramentos de governança adotados pela Companhia (Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8.945/2016).

Entre as principais melhorias realizadas no período estão:

Aprimoramento do Portal Transparência

Em 2022, com o apoio da Ouvidoria-Geral da Petrobras, imbuída da missão de planejar, coordenar e finalizar o projeto de criação dos portais da transparência das participações societárias da Petrobras, foram realizadas diversas inovações, atualizações e melhorias no nosso Portal de Transparência

Vale destacar que o aprimoramento de um portal no qual a sociedade possa publicizar as informações é tema intrinsecamente ligado à Lei nº

13.303/16 (Lei das Estatais), a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e a exigências da Controladoria Geral da União - CGU.

Publicação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa é destinada ao público em geral e reúne, de forma sintética, as principais informações relativas a compromissos com a consecução de objetivos de políticas públicas, atividades desenvolvidas, estrutura de controle, dados econômico-financeiros, fatores de risco, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração da Companhia. A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa é uma exigência da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016.

Revisão de Políticas

No ano-base até abril de 2024, foram aprovadas pela Diretoria Executiva as adoções das seguintes políticas: Política de Transação com Partes Relacionadas; Política de Responsabilidade Social; Diretrizes de SMS; Política de diversidade, equidade e inclusão; Diretriz de prevenção de conflito de interesses referente aos membros do conselho de administração, da diretoria executiva e equivalente; e Diretriz prevenção e combate à discriminação, ao assédio moral e às violências sexuais.

Treinamento e Capacitação em Governança Corporativa

Os Administradores e Conselheiros Fiscais participam de treinamento anual, disponibilizado pela Controladora, que visa a oferecer capacitação continuada, abordando temas relevantes para atuação em suas respectivas funções.

Tabela de Limites de Competência (TLC)

A Tabela de Limites de Competência (TLC), aprovada em dezembro de 2018 e atualizada em 2021, foi novamente revisada pela Diretoria Executiva em 2023 para aprimorar os limites de competência da Companhia no que tange, especialmente, à liberação de pagamentos. Os benefícios das alterações na TLC são melhor controle e transparência sobre as delegações, otimização dos recursos, definição clara e objetiva das alçadas de aprovação,

fácil entendimento e aplicação pelos empregados, processo decisório mais ágil e seguro.

Avaliação de Desempenho, individual e coletiva, dos Administradores e Conselheiros Fiscais

A Avaliação de Desempenho, individual e coletiva, dos Administradores e Conselheiros Fiscais ocorre anualmente, e observa os seguintes quesitos mínimos estabelecidos na Lei nº 13.303/16:

- (i) exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- (ii) contribuição para o resultado do exercício; e
- (iii) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

A metodologia utilizada é baseada nos modelos de avaliação disponibilizados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais - SEST, customizados às peculiaridades da sociedade, observando-se os quesitos previstos na legislação em vigor.

Tal metodologia é submetida ao CTE-GC, uma vez que o referido órgão, na forma do art. 21, III do Decreto nº 8.945/16, é responsável por verificar a conformidade do processo de Avaliação de Desempenho.